

**Praticando**

**Solução**  
a solução para o seu concurso!

# CONCURSO UNIFICADO-RN

# 500 QUESTÕES

**CONHECIMENTOS GERAIS  
NÍVEL SUPERIOR**

**INSTITUTO AVALIA  
E OUTRAS BANCAS**

## QUESTÕES GABARITADAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Noções de Políticas Públicas
- ▶ Legislação Aplicada às Centrais de Abastecimento e Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# CONCURSO UNIFICADO - RN

500 QUESTÕES GABARITADAS - CONCURSO  
UNIFICADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Conhecimentos Gerais-  
Nível Superior

CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO Nº 001/2026



CÓD: SL-160MR-26  
7908433294580

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN .....	43
3. Ética no Serviço Público .....	55
4. Direito Constitucional .....	71
5. Direito Administrativo.....	91
6. Noções de Políticas Públicas .....	109
7. Legislação Aplicada às Centrais de Abastecimento e Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte.....	121

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Vicitude – contorsão – maciço – manteguera.
- (B) Dissentir – corrigir – tranquilizar – subsídio.
- (C) Prostação – pertubar – europeia – geleia.
- (D) Madastra – reinvidicar – rúbrica – sombrancelha.
- (E) Pretencioso – tijela – jiboia – herói.

## 2. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Considere o texto a seguir para responder a questão

### A ARTE DE COMBATER A SOLIDÃO NA GRANDE CIDADE

*Com cada vez mais gente morando sozinha, a cidade vai ter que suprir a possibilidade de encontros. Mauro Calliari*

Cada vez mais pessoas moram sozinhas no Brasil. Em pouco mais de dez anos, o percentual de lares unipessoais aumentou de 12% para quase 16%. São 11,8 milhões no país, distribuídas em todas as idades.

Nos Estados Unidos, esse número chega a mais de 30%. Anos atrás, um comunicado do Ministério da Saúde americano alertou para a epidemia de solidão. Morar sozinho não é nem bom, nem ruim, mas, seres gregários que somos, não dá para não constatar que na cidade grande, a “solitude”, aquela sensação de estar bem consigo mesmo, pode muitas vezes descambar para a solidão mesmo, aquela sensação de que algo está acontecendo e você ficou de fora.

O assunto é sério, está crescendo e precisa de cidades que ajudem pessoas a se encontrarem. E aqui temos uma contradição: São Paulo oferece milhares de oportunidades de encontros, espaços públicos, cursos, lazer, até de graça. E ao mesmo tempo não facilita que as pessoas cheguem aos lugares e se sintam seguras nos seus deslocamentos.

#### O encontro virtual e o encontro real

Atualmente, multiplicam-se as possibilidades do que fazemos em casa. A economia de tempo e a conveniência são ótimas, mas o mundo virtual tem limitações. A maior delas é justamente a supressão de oportunidades de surpresas, conversas e encontros imprevistos.

Por mais desprezado que seja, o papo furado, a conversinha fiada, faz parte da vida urbana. Na fila da catraca do metrô, no caixa do supermercado ao encontrar um vizinho, sempre tem espaço para um comentário rápido, uma troca de opiniões que pode dar alguma cor ao dia. [...]

#### A arquitetura e o urbanismo fazem diferença

Uma pesquisa de 2017, em Vancouver, mostrou algo incrível: quem mora em prédios mais altos do que cinco andares tem mais dificuldade de conhecer vizinhos. Se for assim, é bem possível que a forma pouco inspirada da nossa verticalização — prédios altíssimos, estúdios minúsculos, garagens ostensivas e pouca interação com a rua — esteja jogando contra a vida na rua, que poderia ganhar densidade e vitalidade com mais predinhos baixos no lugar de casas.

Outra modalidade de construção que pode combater a solidão são os cohousings [coabitações]. Começaram na Dinamarca, espalharam-se por outros países e começaram a chegar ao Brasil, com mais de 20 projetos em andamento. Num modelo mais criativo do que o condomínio tradicional, cada pessoa mora em sua casa, mas os projetos preveem uma área comum, que abriga as atividades coletivas. Nas mais de 300 comunidades nos Estados Unidos, o pessoal cozinha junto, planta horta, cuida do jardim.

Olhando para tudo isso, tanto o zoneamento como o Plano Diretor recentemente aprovados têm pouquíssimo a oferecer para a urbanidade paulistana. Todo o esforço parece estar na regulação das edificações, na verticalização pouco criativa e quase nada na criação de espaços públicos e privados que estimulem a convivência na cidade e com a cidade. A solidão também se combate com desenho urbano.

(Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauro-calliari/2024/04/a-arte-de-combater-a-solidao-na-grande-cidade.shtml>)

Sobre a grafia de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “percentual” pode ser substituída por “porcentual”, já que ambas as grafias estão corretas.
- (B) A palavra “preveem” pode ser grafada como “prevêm”, pois, quando há repetição de vogais, é possível substituí-las por uma só vogal acentuada.
- (C) A palavra “gregários” pode ser grafada como “agregários”, uma vez que deriva do verbo “agregar”.
- (D) Após o último acordo ortográfico, a palavra “unipessoais” passou a ser grafada com hífen (uni-pessoais).
- (E) A palavra “num” está grafada de forma incorreta, de acordo com a norma-padrão, já que a forma correta seria “em um”.

### 3. (INSTITUTO AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
- (B) Vernis – desprezo – asia – atrás.
- (C) Groselha – prazer – gis – analisar.
- (D) Beringela – anjinho – jiló – lage.
- (E) Flexa – hoje – bucha – bondoso.

### 4. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

“Mas por que algumas empresas ainda temem a internet?”

Assinale a alternativa em que a forma reescrita do trecho apresentado está totalmente correta.

- (A) Mas algumas empresas ainda temem a internet por quê?
- (B) Mas qual o porque de algumas empresas ainda temerem a internet?
- (C) Mas algumas empresas ainda temem a internet porquê?
- (D) Mas porque algumas empresas ainda temem a internet?
- (E) Mas qual o por que de algumas empresas ainda temerem a internet?

### 5. (INSTITUTO AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Fossil – lumen – córtex – tórax.
- (B) Órgãos – benção – fórum – álbuns.
- (C) Prótons – tonus – humus – vírus.
- (D) Bilis – oasis – júri – grátis.
- (E) Armazéns – herói – anéis – caráter.

### 6. (INSTITUTO AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra escrita de forma INCORRETA no que diz respeito ao uso do acento gráfico.

- (A) Jóia.
- (B) Marquês.
- (C) Anzóis.
- (D) Automóvel.
- (E) Lápis.

### 7. (INSTITUTO AVALIA - 2025)

Analise a grafia das palavras destacadas nos enunciados e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a quantidade de palavras que estão grafadas de acordo com a norma vigente de emprego do hífen.

-Toda empresa visa à autossuficiência de seus colaboradores.

-A questão da afrodescendência atualmente se encontra na pauta de várias discussões.

-A hiper-sensatez é um aspecto que apresenta vários pontos de análise.

-Aparelhos como microondas e outros devem integrar os itens da copa dos funcionários.

-O anfiteatro é o local onde acontecem tanto as apresentações artísticas quanto os encontros formais da empresa.

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

### 8. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Em relação à grafia das palavras, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Deem / veem / enjoio.
- (B) Baiuca / feiura / cinquenta.
- (C) Pinguim / tranquilo / pera.
- (D) Microondas / anti-social / auto-estima.
- (E) Cor-de-rosa / erva-doce / bem-me-quer.

# HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

## 1. (2026)

No processo de implantação das capitanias hereditárias por D. João III, a Capitania do Rio Grande foi doada em duas metades a um consórcio de três donatários. Considerando o texto-base, assinale a alternativa que identifica corretamente esses donatários.

- (A) João de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha.
- (B) Duarte Coelho, Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa.
- (C) João Ramalho, Tomé de Sousa e Mem de Sá.
- (D) Manuel Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho de Carvalho e Jerônimo de Albuquerque.
- (E) Francisco Pereira Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho e Jorge de Figueiredo Correia.

## 2. (2026)

O fracasso inicial da Capitania do Rio Grande, no século XVI, decorreu de uma combinação de fatores que inviabilizou a fixação portuguesa imediata. De acordo com o texto, um desses fatores decisivos foi

- (A) a presença de grandes minas de metais preciosos, que desviou o interesse da Coroa para o interior.
- (B) a aliança entre os Potiguaras e os franceses, fortalecida pelo comércio do pau-brasil.
- (C) a submissão voluntária dos indígenas, que tornou desnecessária a ocupação militar.
- (D) a abundância de engenhos de açúcar já implantados por colonos castelhanos.
- (E) a rápida urbanização da foz do Potengi, que reduziu a importância estratégica da área.

## 3. (2026)

A respeito da expedição de 1535 destinada à ocupação da Capitania do Rio Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi liderada exclusivamente por Tomé de Sousa e fracassou por motins internos.
- (B) Obteve pleno êxito ao fundar, de imediato, a cidade do Natal.
- (C) Naufragou nos recifes do Maranhão, comprometendo o projeto inicial de ocupação.

(D) Resultou na construção, ainda em 1535, da Fortaleza dos Reis Magos em pedra.

(E) Concluiu a integração econômica do território à produção açucareira pernambucana.

## 4. (2026)

Segundo o texto, a retomada efetiva do território do Rio Grande pela Coroa Portuguesa, no final do século XVI, estava associada a um objetivo geopolítico específico. Esse objetivo consistia em

- (A) expandir a mineração aurífera no sertão oriental.
- (B) garantir a segurança do saliente nordestino e da rota para o Maranhão.
- (C) transformar o Rio Grande no principal centro açucareiro da América portuguesa.
- (D) abolir o sistema de capitanias hereditárias no Nordeste.
- (E) instalar o primeiro bispado da região na foz do Rio Potengi.

## 5. (2026)

A construção da fortificação que deu origem à Fortaleza dos Reis Magos, iniciada em 25 de dezembro de 1597, insere-se no contexto da conquista definitiva do território potiguar. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

- (A) A fortificação foi inicialmente construída em taipa, servindo de embrião para a fortaleza posterior.
- (B) A obra foi conduzida por bandeirantes paulistas, sem participação de autoridades coloniais.
- (C) Sua finalidade principal era sediar o primeiro engenho de açúcar da capitania.
- (D) Foi erguida somente após a fundação da cidade do Natal, em 1599.
- (E) Resultou de acordo diplomático entre portugueses, franceses e Potiguaras.

## 6. (2026)

A fundação da Cidade do Natal, em 25 de dezembro de 1599, distinguiu-se de outras vilas coloniais brasileiras porque

- (A) surgiu de forma espontânea em torno do ciclo do ouro.
- (B) foi criada como entreposto exclusivo da pecuária sertaneja.
- (C) nasceu de um aldeamento missionário no interior do Seridó.
- (D) teve traçado inicial planejado e função administrativa estratégica.
- (E) resultou diretamente da expansão das salinas do litoral norte.

**7. (2026)**

Para compreender os sertões do Rio Grande colonial, o texto propõe a superação de determinada visão historiográfica tradicional. Essa visão é a de que

- (A) os sertões eram áreas exclusivamente ocupadas por missionários.
- (B) os sertões constituíam um vazio demográfico sem presença indígena significativa.
- (C) o interior potiguar foi dominado integralmente por povos tupi-guarani.
- (D) a ocupação litorânea portuguesa impediu qualquer circulação no interior.
- (E) as guerras coloniais ocorreram apenas no litoral, e não nos sertões.

**8. (2026)**

No texto, os povos indígenas dos sertões potiguares, como Janduí, Paiacus, Icós e Coremas, são descritos como pertencentes, em termos amplos, ao tronco linguístico

- (A) Aruaque.
- (B) Karib.
- (C) Macro-Jê.
- (D) Tupi-Guarani.
- (E) Pano.

**9. (2026)**

A Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre 1687 e 1720, teve como um de seus fatores centrais o avanço da

- (A) mineração sobre as aldeias missionárias do litoral.
- (B) cafeicultura sobre as áreas de mata úmida do agreste.
- (C) indústria salineira sobre os portos naturais do sul do estado.
- (D) pecuária sobre fontes de água e territórios indígenas de caça.
- (E) produção algodoeira sobre as ilhas fluviais do vale do Potengi.

**10. (2026)**

No contexto da Guerra dos Bárbaros, a administração colonial recorreu a um instrumento jurídico-político que legitimava o extermínio ou a escravização de indígenas resistentes. Esse instrumento era conhecido como

- (A) Sesmaria Real.
- (B) Padroado Régio.
- (C) Diretório dos Índios.
- (D) Regimento das Missões.
- (E) Guerra Justa.

**11. (2026)**

A respeito das consequências da Guerra dos Bárbaros para os povos indígenas dos sertões do Rio Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) Houve plena integração dos grupos ao sistema colonial, sem violência sistemática.
- (B) Os indígenas foram majoritariamente convertidos em proprietários de sesmarias.
- (C) O resultado incluiu massacres, escravidão e deslocamento para aldeamentos missionários.
- (D) A Coroa proibiu totalmente o trabalho compulsório indígena na região.
- (E) A resistência indígena levou ao abandono definitivo da expansão pecuária.

**12. (2026)**

O texto destaca que a presença indígena nos sertões potiguares deixou marcas permanentes na identidade regional. Entre essas marcas, menciona-se

- (A) a criação de universidades régias ainda no período colonial.
- (B) a substituição integral da toponímia local por nomes portugueses.
- (C) a adoção de uma economia exclusivamente marítima no interior.
- (D) a eliminação completa dos saberes ligados à Caatinga.
- (E) a permanência de topônimos e conhecimentos sobre flora e fauna.

**13. (2026)**

Em contraste com Pernambuco e Paraíba, a economia colonial da Capitania do Rio Grande foi caracterizada, sobretudo, por

- (A) forte dependência de engenhos açucareiros e trabalho escravo em larga escala.
- (B) especialização na mineração de ouro e prata para exportação imediata.

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## 1. (2025)

Qual das seguintes alternativas descreve um elemento fundamental da conduta profissional esperada de um servidor público em relação à comunicação verbal, apresentação pessoal e ética profissional?

- (A) Utilizar uma linguagem excessivamente informal e gírias no trato com os cidadãos para criar um ambiente mais descontraído e acessível.
- (B) Adotar uma apresentação pessoal despojada e casual para transmitir uma imagem de proximidade com a população atendida.
- (C) Priorizar a divulgação de opiniões pessoais sobre questões políticas ou sociais durante o expediente, exercendo livremente o direito à manifestação, pode gerar conflitos e comprometer o ambiente profissional.
- (D) Manter uma comunicação clara, respeitosa e objetiva, zelar por uma apresentação pessoal condizente com a função e observar rigorosamente os princípios éticos da administração pública.
- (E) Evitar o contato visual direto com os usuários para preservar a privacidade e o espaço pessoal durante o atendimento.

## 2. (2025)

Dentre as situações que põem à prova a ética profissional, existem aquelas em que há “conflito de interesse” no exercício do ofício. Nessas situações, cabe ao profissional

- (A) declarar-se impedido de desempenhar sua função na situação dada, uma vez que haja interesse próprio, de familiares, amigos ou fatores pessoais que interfiram no exercício ético da sua função.
- (B) assumir o risco mas expor publicamente a situação de modo a dar a devida transparência ao comprometimento que o envolve, evitando, dessa forma, rumores a respeito de sua conduta.
- (C) comunicar imediatamente seus superiores e exercer sua função assessorado por colegas competentes que possam minimizar sua parcialidade.

(D) pedir demissão de seu cargo em vista da impossibilidade de arbitrar ou exercer de forma ética sua função naquele caso em específico.

(E) resolver o conflito, uma vez que deve agir de forma competente e isenta diante dos confrontos e desafios profissionais de qualquer ordem.

## 3. (2025)

No serviço público, a ética profissional está relacionada a princípios como:

- (A) responsabilidade, legalidade e respeito ao cidadão.
- (B) interesse pessoal acima do coletivo.
- (C) subordinação cega a superiores.
- (D) ocultação de erros para evitar punições

## 4. (2024)

Assinale a alternativa **correta** que contempla somente princípios éticos.

- (A) Humanidade, parcialidade, neutralidade e centralidade.
- (B) Humanidade, imparcialidade, neutralidade e universalidade.
- (C) Humanidade, imparcialidade, maleficência e universalidade.
- (D) Humanidade, parcialidade, maleficência e universalidade.

## 5. (2024)

Um servidor público deve tratar todos os cidadãos com:

- (A) Comportamento fechado e distante.
- (B) Preferência para amigos.
- (C) Respeito e igualdade.
- (D) Indiferença e distância.

**6. (2023)**

Analise o texto abaixo em relação à ética profissional no contexto dos atos administrativos.

A ética preside a ação discricionária do agente – seja o público, seja o privado –, ao passo que o comportamento moral se processa especialmente na circunscrição dos atos \_\_\_\_\_. Assim, o poder discricionário é conferido por \_\_\_\_\_ ao agente público para que, nos limites nela(e) previstos e com certa parcela de \_\_\_\_\_, adote a solução mais adequada para satisfazer ao interesse público.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- (A) vinculados • lei • liberdade
- (B) vinculados • código de ética • liberdade
- (C) morais • código de ética • moralidade
- (D) legais • código de ética • moralidade
- (E) morais • lei • moralidade

**7. (2023)**

Um indicador importante da ética de um servidor em determinado órgão público é seu

- (A) baixo discernimento em relação à confidencialidade e aptidão em revelar informações sigilosas.
- (B) alto nível de colaboração no aprofundamento de assuntos relativos ao trabalho coletivo.
- (C) baixo grau de contrariedade e potencial para casos de aceitação ou oferta de suborno.
- (D) alto nível de tolerância a condutas irregulares ou antiéticas e seu potencial para denunciá-las.

**8. (2022)**

Leia o texto.

“Finalmente há um imperativo que, sem pôr no fundamento como condição qualquer outro objetivo a ser alcançado mediante uma certa conduta, ordena imediatamente essa conduta. Este imperativo é categórico. Ele não diz respeito à matéria da ação e ao que deve seguir-se dela, mas à forma e ao princípio do qual ela mesma decorre, e o essencialmente bom da ação consiste na disposição, seja qual for seu resultado. Este imperativo pode chamar-se de imperativo da moralidade”.

(KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000)

De acordo com o trecho e as características da ética kantiana, é **correto** afirmar:

- (A) A lei moral conduz à felicidade.
- (B) O imperativo moral deriva da experiência.
- (C) O imperativo moral é a priori.

(D) A lei moral é condicionada, em seu princípio, pela cultura.

(E) A lei moral pondera as consequências da ação.

**9. (2022)**

A ética é baseada no comportamento humano, considerando regras baseadas em valores.

Analise as proposições e coloque (V) para verdadeiro e (F) para falso considerando a ética na gestão pública.

( ) As principais diferenças entre ética e moral são: moral é princípio, ética é um conjunto de aspectos de conduta específicos; moral é permanente, ética é temporal; moral é universal, ética é cultural; moral é regra, ética é conduta de regra; e moral é teoria, ética é prática.

( ) O desvio ético compromete a capacidade de governar e representa risco à sobrevivência das instituições, sejam elas públicas ou privadas.

( ) A gestão da ética transita em um eixo bem definido, constituído por valores éticos, normas de conduta e administração.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de preenchimentos dos parênteses.

- (A) V, V, V.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, F.
- (E) F, F, F.

**10. (2022)**

São princípios clássicos da ética social os que dizem respeito à Dignidade da pessoa, Direito de Propriedade, Primazia do Trabalho, Solidariedade e Subsidiariedade. Em qual das opções está o último princípio:

- (A) Primazia do bem comum
- (B) Trabalho Ético
- (C) Bem coletivo
- (D) Normas procedimentais
- (E) Sanções sociais

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. (2023)

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

(B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.

(D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.

(E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

## 2. (2025)

Em uma cidade de médio porte, o governo local investiu em campanhas para incentivar a participação eleitoral e em programas para garantir liberdade de expressão e segurança individual. No entanto, a população ainda enfrenta altos índices de analfabetismo, precariedade no sistema de saúde e desemprego elevado.

Com base nas dimensões clássicas da cidadania, a dimensão que está sendo negligenciada é a dos direitos

(A) civis.

(B) sociais.

(C) políticos.

(D) econômicos.

(E) multiculturais.

## 3. (INSTITUTO AVALIA - 2024)

Que nome se dá à característica que diz que os direitos fundamentais não podem ser transferidos, ignorados, desfeitos e negociados, pois a existência deles confere a ordenação da ordem jurídica e da manutenção do Estado em si?

(A) Relatividade.

(B) Universalidade.

(C) Imprescritibilidade.

(D) Irrenunciabilidade.

(E) Inalienabilidade.

## 4. (2023)

Joana, Maria e Antônio travaram um debate a respeito de algumas características dos direitos sociais à luz da sistemática constitucional. Joana sustentava que, na maior parte das vezes, mas não sempre, assumiam contornos prestacionais. Maria defendia que direitos dessa natureza são sempre compreendidos na perspectiva do agregado social, não sendo possível perquirir a sua fruição, ou não, em uma perspectiva individualista. Antônio, por sua vez, defendia que as liberdades fundamentais e os direitos sociais devem ser compreendidos na perspectiva da indivisibilidade dos direitos fundamentais.

Inês, ao analisar as afirmações apresentadas, concluiu, corretamente, que:

(A) todas estão certas;

(B) somente as afirmações de Joana e Antônio estão certas, enquanto a de Maria está errada;

(C) somente a afirmação de Maria está certa, enquanto as de Joana e Antônio estão erradas;

(D) somente a afirmação de Joana está certa, enquanto as de Maria e Antônio estão erradas;

(E) somente as afirmações de Maria e Antônio estão certas, enquanto a de Joana está errada.

**5. (2024)**

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

**6. (2024)**

A Constituição Cidadã de 1988 assegura uma série de direitos fundamentais, tanto individuais quanto coletivos.

Assinale a opção que apresenta uma situação em que um desses direitos não é violado.

- (A) Um aluno está impossibilitado de frequentar as aulas por falta de transporte público na sua região.
- (B) A professora trata os alunos de maneira distinta, segundo a cor da pele e as crenças religiosas.
- (C) A instituição escolar divulga informações privadas de um aluno de maneira vexatória.
- (D) O diretor da escola é impedido de frequentar a instituição com sua arma para a qual tem porte.
- (E) Um professor é advertido por abordar em sala de aula um determinado clássico da literatura brasileira.

**7. (2023)**

Sobre o princípio da duração razoável do processo, é **correto** afirmar:

- (A) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- (B) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional no 45/2004.
- (C) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.

(D) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.

**8. (2022)**

Alfio reside com sua família em uma pequena propriedade rural, assim definida em lei, constituída de apenas um terreno. Sendo o único bem imóvel da família dessa natureza, Alfio, juntamente com sua esposa e seus dois filhos, utiliza-o para plantio, vendendo os produtos provenientes dessa atividade produtiva para assegurar a subsistência sua e de sua família. Ocorre que, para garantir a compra dos insumos para o referido plantio, Alfio contraiu dívidas.

Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pequena propriedade rural de Alfio

- (A) será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, pois apenas as propriedades urbanas são impenhoráveis.
- (B) não será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, apenas se estiver registrada no cartório de registro de imóveis como bem impenhorável.
- (C) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois apenas a propriedade rural grande, assim definida em lei, trabalhada pela família, é impenhorável.
- (D) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois as propriedades rurais trabalhadas pela família são sempre penhoráveis, independentemente de seu tamanho.
- (E) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

**9. (2026)**

Suponha que um agente público municipal tenha praticado ato lesivo ao patrimônio público municipal.

Nessa situação, um cidadão interessado em contestar a validade do ato praticado poderia propor

- (A) ação popular, ação esta que qualquer cidadão é parte legítima para propor, devendo provar a condição de cidadão por meio de título eleitoral ou documento que a ele corresponda.
- (B) ação popular, a qual visa a revogar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade pública considerado inconveniente, inoportuno ou atentatório à moralidade administrativa.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. (2025)

A Administração Pública, guiada por princípios constitucionais, busca uma gestão ética, transparente e eficaz, voltada ao interesse da sociedade.

Assinale a opção que apresenta **corretamente** o princípio que é requisito de eficácia dos atos administrativos.

- (A) Eficiência.
- (B) Legalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Impessoalidade.

## 2. (2024)

Qual das seguintes situações melhor exemplifica a aplicação do princípio da impessoalidade na Administração Pública?

- (A) Um prefeito utiliza recursos públicos para fazer propaganda pessoal em um projeto de infraestrutura.
- (B) Um secretário municipal contrata sua esposa como assessora, alegando sua competência técnica.
- (C) Um funcionário público recebe um prêmio por seu desempenho excepcional no serviço.
- (D) Um órgão governamental destina parte de seu orçamento para promover a imagem de seus líderes.
- (E) Uma prefeitura realiza uma licitação pública para contratar serviços, na qual todos os participantes são tratados igualmente.

## 3. (2024)

Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública podem ser identificados também nas normas que disciplinam as funções executivas, a exemplo do princípio da

- (A) impessoalidade, que exige a realização de concurso público para a contratação de servidores para ocupar cargo em comissão.
- (B) publicidade, inserto na obrigatoriedade de publicação dos editais e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- (C) transparência, que veda, em caráter irrestrito, O sigilo de documentos e orçamentos durante o processo de licitação.

(D) moralidade pública, que veda a contratação direta de locações de imóveis, impondo a necessidade de realização de licitações.

(E) eficiência, que permite a contratação direta nos casos em que se demonstrar a existência de preço inferior ao resultado da licitação.

## 4. (2023)

Um dos princípios constitucionais explícitos da Administração Pública brasileira está relacionado com a ideia de que a administração deve agir com rapidez e eficácia, buscando sempre alcançar os melhores resultados. Esse princípio é o da

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

## 5. (2023)

Com a aprovação da Emenda Constitucional no 19/1998, que diz respeito à Reforma Administrativa ocorrida à época, foram introduzidas mudanças na Constituição Federal brasileira de 1988. Entre essas modificações, foi inserido o princípio da administração pública da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

## 6. (2022)

O princípio constitucional segundo o qual se deve buscar sempre resultados positivos para o serviço público, com atendimento satisfatório e em tempo razoável, é o princípio da

- (A) moralidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) impessoalidade.
- (E) legalidade.

**7. (2022)**

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correição, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

(A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.

(B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.

(C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.

(D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.

(E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constate o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.

**8. (2023)**

Quando o administrador público executa uma decisão em face do administrado, sem necessidade da tutela judicial, ele está praticando um ato

(A) de cunho político.

(B) caracterizado como arbitrário.

(C) eivado de nulidade.

(D) do tipo vinculado.

(E) baseado em um atributo do ato.

**9. (2024)**

Caio, grande apreciador de armas de fogo, perguntou ao seu irmão, policial militar, quais procedimentos deveria adotar para possuir um revólver, de forma regular, em seu domicílio. O agente da lei, então, explicou, detalhadamente, o caminho que deveria ser percorrido por Caio. Após a observância de todas as formalidades legais, a Administração Pública editou um ato administrativo, manifestando a concordância com o pedido formulado por Caio, autorizando-o a ter a posse de uma arma de fogo em seu domicílio.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, está-se diante de um ato administrativo (de):

(A) enunciativo;

(B) ordinatório;

(C) normativo;

(D) controle;

(E) negocial.

**10. (2024)**

Assinale a alternativa que **corretamente** contempla um típico ato administrativo.

(A) Contrato de locação de um imóvel pela Administração.

(B) Pavimentação de uma rua pelo poder público.

(C) Veto do Chefe do Poder Executivo a um projeto de lei.

(D) Busca e apreensão judicial de um bem.

(E) Demissão de um servidor público.

**11. (2022)**

A lavratura de um auto de infração por um particular usurpador de função pública constitui um ato administrativo

(A) existente, inválido e eficaz.

(B) existente, válido e eficaz.

(C) existente, válido e ineficaz.

(D) inexistente.

(E) existente, inválido e ineficaz.

**12. (2024)**

A invalidação (ou anulação) do ato administrativo

(A) produz efeitos ex nunc, ou seja, não retroage.

(B) é o desfazimento do ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade.

(C) possui sempre caráter vinculado, nunca discricionário.

(D) pode ser feita pela Administração, com base em seu poder de autotutela.

(E) independe da provocação dos interessados, caso feita pelo Poder Judiciário.

**13. (2023)**

A modalidade de extinção do ato administrativo perfeito, com eficácia ex nunc, praticada pela Administração Pública, diante de ausência de condição necessária à permanência da situação jurídica anterior, é denominada

(A) Conversão.

(B) Cassação.

(C) Anulação.

# NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1. (2026)

No estudo das políticas públicas, uma ação estatal somente pode ser corretamente classificada como política pública quando se reconhece que ela não se resume a um ato isolado de governo, mas a um processo estruturado. Nesse sentido, assinale a alternativa que melhor expressa um elemento definidor desse conceito.

- (A) Existência de objetivo deliberado de alterar uma realidade social, com emprego de meios estatais e inserção em um processo de diretrizes, metas e recursos.
- (B) Atuação espontânea de agentes privados em áreas de interesse coletivo, ainda que sem coordenação estatal.
- (C) Adoção de medidas administrativas meramente reativas, sem necessidade de planejamento ou finalidade definida.
- (D) Realização de atos políticos voltados exclusivamente à disputa eleitoral e à manutenção de coalizões partidárias.
- (E) Produção de discursos normativos sem previsão de instrumentos concretos de intervenção.

## 2. (2026)

A distinção entre politics e policy é frequentemente explorada em provas sobre políticas públicas. Considerando essa diferenciação conceitual, assinale a alternativa correta.

- (A) Politics corresponde às diretrizes técnicas de implementação, enquanto policy designa exclusivamente a competição eleitoral.
- (B) Politics refere-se à disputa pelo poder, ao passo que policy diz respeito ao conteúdo material das ações e programas governamentais.
- (C) Politics e policy são expressões sinônimas, sem qualquer relevância analítica para a administração pública.
- (D) Policy limita-se às normas jurídicas, enquanto politics compreende apenas movimentos sociais e mídia.
- (E) Policy diz respeito apenas ao orçamento público, ao passo que politics envolve a execução burocrática.

## 3. (2026)

A evolução histórica do papel do Estado modificou profundamente a forma de formular e executar políticas públicas. No modelo patrimonialista, a principal característica era:

- (A) a universalização de direitos sociais financiados por tributos gerais.
- (B) a profissionalização da burocracia com foco em resultados.
- (C) a confusão entre patrimônio público e interesses privados das elites no poder.
- (D) a separação rígida entre função pública e interesses familiares.
- (E) a valorização da participação social e do controle por conselhos.

## 4. (2026)

O modelo burocrático weberiano surgiu como resposta a práticas arbitrárias e clientelistas. Entre suas marcas mais características, destaca-se:

- (A) a substituição integral da legalidade pelo critério da conveniência política.
- (B) a ênfase na hierarquia, na formalização e na observância de procedimentos legais.
- (C) a redução do papel do Estado ao de mero regulador econômico.
- (D) a delegação ampla da execução a organizações privadas sem controle estatal.
- (E) a eliminação de controles formais para ampliar a discricionariedade dos agentes.

## 5. (2026)

Após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se em diversos países o Estado do Bem-Estar Social. A respeito desse modelo, assinale a alternativa correta.

- (A) Rejeita a ideia de direitos sociais e restringe o papel estatal à defesa nacional.
- (B) Prioriza a privatização de serviços essenciais como forma de universalização.
- (C) Estrutura-se na lógica de que saúde e educação devem ser tratadas como favores administrativos.

- (D) Assume o Estado como provedor de direitos sociais universais, financiados por impostos.  
 (E) Substitui a noção de cidadania pela de cliente, com centralidade exclusiva na eficiência.

**6. (2026)**

A chamada Nova Gestão Pública, associada ao Estado gerencial, ganhou força especialmente a partir dos anos 1990. Nessa perspectiva, assinale a alternativa que melhor representa sua lógica predominante.

- (A) Fortalecimento do Estado como único executor direto e exclusivo de todos os serviços sociais.  
 (B) Redução do interesse por resultados, privilegiando a estrita ritualística processual.  
 (C) Ênfase em eficiência, desempenho e articulação estatal, inclusive com contratação de terceiros.  
 (D) Rejeição completa da avaliação e da satisfação dos usuários de serviços públicos.  
 (E) Supressão das metas e dos indicadores como instrumentos de gestão.

**7. (2026)**

No modelo híbrido contemporâneo, o Estado desempenha funções alocativa, distributiva e estabilizadora. Exemplo típico de função distributiva é:

- (A) a manutenção da soberania territorial e da defesa nacional.  
 (B) a prestação de serviços que o mercado não oferece adequadamente.  
 (C) o controle da inflação por meio de política monetária.  
 (D) a regulação concorrencial para impedir abuso de poder econômico.  
 (E) a transferência de renda para reduzir desigualdades sociais.

**8. (2026)**

Ao se afirmar que políticas públicas modernas são multidimensionais, territorializadas e participativas, pretende-se destacar que:

- (A) problemas públicos complexos exigem respostas intersetoriais, sensíveis ao território e abertas ao controle social.  
 (B) a formulação técnica deve excluir a população para evitar interferências externas.  
 (C) a uniformidade territorial é condição de eficiência administrativa.

- (D) a participação social reduz a legitimidade das políticas pela politização excessiva.  
 (E) a atuação estatal deve ser padronizada e centralizada, independentemente das diferenças regionais.

**9. (2026)**

Embora o ciclo de políticas públicas seja, na prática, dinâmico e não linear, ele é didaticamente dividido em etapas. A fase em que o governo escolhe quais problemas receberão atenção e recursos denomina-se:

- (A) formulação da política.  
 (B) implementação.  
 (C) avaliação de impacto.  
 (D) montagem da agenda.  
 (E) extinção programática.

**10. (2026)**

A fase da formulação corresponde ao momento em que se estruturam alternativas de solução para um problema reconhecido. Assinale a alternativa que melhor traduz essa etapa.

- (A) Execução material do programa por burocratas e agentes de ponta.  
 (B) Escolha política definitiva entre as alternativas previamente desenhadas.  
 (C) Desenho técnico das alternativas, cálculo de custos e definição de metas.  
 (D) Monitoramento dos efeitos de longo prazo sobre a realidade social.  
 (E) Encerramento formal do programa em razão de sua ineficácia.

**11. (2026)**

No ciclo de políticas públicas, a tomada de decisão é descrita como o momento político por excelência porque nela:

- (A) a autoridade competente escolhe uma das alternativas formuladas para orientar a ação estatal.  
 (B) os burocratas de nível de rua redefinem autonomamente o conteúdo da política.  
 (C) os indicadores de impacto são produzidos para aferição ex post.  
 (D) o orçamento é executado diretamente pelos órgãos de controle.  
 (E) o problema público deixa de existir em razão de decisão administrativa.

## LEGISLAÇÃO APLICADA ÀS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO E CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

### 1.(2026)

À luz da Lei nº 11.346/2006, art. 1º, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(SISAN) foi instituído com a finalidade de organizar a atuação do poder público e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações voltados, primordialmente, para

- (A) assegurar o direito humano à alimentação adequada.
- (B) centralizar a produção agrícola exclusivamente na União.
- (C) substituir as políticas estaduais de assistência social.
- (D) restringir a participação da sociedade civil organizada.
- (E) regulamentar apenas a exportação de alimentos.

### 2.(2026)

Segundo a Lei nº 11.346/2006, art. 2º, a alimentação adequada é considerada direito fundamental do ser humano. Em conformidade com esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A alimentação adequada depende exclusivamente de disponibilidade financeira individual.
- (B) A alimentação adequada é inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização de direitos consagrados na Constituição Federal.
- (C) A alimentação adequada constitui diretriz administrativa sem natureza de direito fundamental.
- (D) O dever de promovê-la é apenas dos Municípios.
- (E) Sua garantia dispensa políticas públicas específicas.

### 3.(2026)

Nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei nº 11.346/2006, é dever do poder público, em relação ao direito humano à alimentação adequada,

- (A) apenas informar a população sobre hábitos alimentares.
- (B) somente fiscalizar a produção de alimentos industrializados.

(C) respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar sua realização, além de garantir mecanismos para sua exigibilidade.

(D) limitar-se à distribuição de cestas básicas em situações emergenciais.

(E) atuar unicamente por meio de programas federais.

### 4.(2026)

De acordo com a definição constante do art. 3º da Lei nº 11.346/2006, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos

- (A) importados e submetidos a rígido controle aduaneiro.
- (B) de baixo custo, independentemente da qualidade nutricional.
- (C) produzidos exclusivamente pela agricultura familiar.
- (D) de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde e sustentáveis.
- (E) distribuídos somente por programas assistenciais governamentais.

### 5.(2026)

O art. 4º da Lei nº 11.346/2006 enumera dimensões abrangidas pela segurança alimentar e nutricional. Entre elas, inclui-se

- (A) a exclusão de grupos vulneráveis das políticas alimentares específicas.
- (B) a proibição de acordos internacionais ligados ao abastecimento.
- (C) a substituição da biodiversidade por modelos únicos de produção.
- (D) a redução do acesso à informação sobre alimentação.
- (E) a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos.

**6.(2026)**

Conforme o art. 4º, § 1º, da Lei nº 11.346/2006, com redação dada pela Lei nº 15.225/2025, as cestas básicas entregues no âmbito do SISAN deverão conter como item essencial

- (A) material educativo impresso sobre nutrição esportiva.
- (B) água mineral engarrafada em quantidade padronizada nacionalmente.
- (C) absorvente, nos termos da lei que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.
- (D) apenas alimentos não perecíveis de longa duração.
- (E) suplemento vitamínico de uso universal obrigatório.

**7.(2026)**

De acordo com o art. 5º da Lei nº 11.346/2006, a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer respeito à soberania, entendida como

- (A) prevalência das decisões de organismos internacionais sobre a política alimentar interna.
- (B) primazia dos países em suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.
- (C) autonomia apenas dos entes federados na definição do abastecimento.
- (D) independência exclusiva do setor privado na regulação alimentar.
- (E) centralização mundial dos estoques estratégicos de alimentos.

**8.(2026)**

Nos termos do art. 7º da Lei nº 11.346/2006, o SISAN é integrado por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como por instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que

- (A) atuem apenas no comércio exterior de alimentos.
- (B) recebam subsídio federal obrigatório para adesão.
- (C) sejam vinculadas exclusivamente ao Ministério da Saúde.
- (D) manifestem interesse em integrá-lo e respeitem a legislação aplicável.
- (E) tenham finalidade exclusivamente assistencial.

**9.(2026)**

Segundo o art. 8º da Lei nº 11.346/2006, um dos princípios do SISAN é

- (A) a limitação da transparência aos recursos públicos federais.
- (B) a adoção de discriminações positivas obrigatórias para acesso a alimentos.
- (C) a participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional.
- (D) a exclusão da sociedade civil da execução de ações públicas.
- (E) a prevalência da iniciativa privada sobre o poder público.

**10.(2026)**

O art. 9º da Lei nº 11.346/2006 estabelece diretrizes do SISAN. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas diretrizes.

- (A) Vedação ao monitoramento da situação alimentar e nutricional.
- (B) Promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais.
- (C) Supressão da articulação entre orçamento e gestão.
- (D) Proibição de medidas diretas de garantia de acesso à alimentação adequada.
- (E) Centralização absoluta das ações na esfera federal.

**11.(2026)**

Conforme o art. 10 da Lei nº 11.346/2006, constitui objetivo do SISAN

- (A) formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, além de estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil.
- (B) disciplinar o regime jurídico das sociedades de economia mista.
- (C) organizar a vinculação da administração pública federal indireta.
- (D) regular exclusivamente a atividade de classificação vegetal.
- (E) substituir o papel dos conselhos de políticas públicas já existentes.



# GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**